

Entre a aproximação e a quase guerra: a política externa norte-americana no Paraguai (1845-1859)

Between approach and the beginning of war:
American foreign policy in Paraguay (1845-1859)

Johny Santana de Araújo¹

johnysant@gmail.com

Resumo: A atuação do agente consular norte-americano Edward Hopkins, entre os anos de 1845 e 1854, e o ataque ao navio norte-americano *Water Witch* desferido por forças paraguaias da Fortaleza de Itapiru, em 1855, foram momentos significativos da construção e cisão das relações bilaterais dos EUA e do Paraguai, na segunda metade do século XIX; ambas as conjunturas levaram os dois países à situação de tensão e quase conflito. Deste modo, por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica onde foram utilizados: discursos oficiais, correspondências, mensagens presidenciais, relatos de viagens e a partir de uma análise no campo da história das relações internacionais que tomou como suporte os trabalhos de Cervo e Bueno (2008), Corrison (1983), Doratioto (2002), Hobsbawm (1990), Junqueira (2007), Mora e Cooney (2007), Moreira (2013), Selser (1992), Smith e Bartlett (2009), Yegros (2010), Yegros e Brezzo (2013), o presente artigo pretende abordar como se deu a aproximação dos EUA com o Paraguai e como foi edificada a crise que levou os dois países à dissensão. Será visto ainda como se processou o restabelecimento das relações entre os dois países no início de 1859, e como conclusão será apontado qual foi o resultado pragmático da expedição ao Paraguai para a política interna dos EUA.

Palavras-chave: política externa, Estados Unidos, Paraguai, Bacia Platina, navegação.

Abstract: The performance of U.S. consular agent Edward Hopkins, between 1845 and 1854, and the attack on the U.S. ship *Water Witch* by Paraguayan forces from Itapiru Fortress in 1855, were significant moments in the construction and division of bilateral relations between the United States and Paraguay in the second half of the nineteenth century; both conjunctures led the two countries to a situation of tension and near conflict. Thus, by means of a documentary and bibliographical research from which were used: official speeches, correspondence, presidential messages, travel reports and from an analysis in the field of the history of international affairs, supported by the works of Cervo and Bueno (2008), Corrison (1983), Doratioto (2002), Hobsbawm (1990), Junqueira (2007), Mora and Cooney (2007), Moreira (2013), Selser (1992), Smith and Bartlett (2009), Yegros (2010), Yegros and Brezzo (2013), this article aims to address how the U.S. approach to Paraguay was and how the crisis that led the two countries to dissension was built. It will also address the process for the re-establishment of relations between the two countries in early 1859, and as a conclusion, the pragmatic outcome of the expedition to Paraguay for U.S. domestic policy will be pointed out.

Keywords: foreign policy, United States, Paraguay, La Plata Basin, Navigation.

¹ Universidade Federal do Piauí. Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n, Ininga, 64049-550, Teresina, PI, Brasil.

Introdução

Em dezembro de 1858, o governo dos Estados Unidos enviou para Assunção, capital do Paraguai, uma missão naval; seu propósito era exigir do governo do Presidente Carlos Antônio López uma indenização e um pedido de desculpas pela agressão desencadeada em 1º de fevereiro de 1855 pelos artilheiros paraguaios do Forte de Itapiru contra o navio *Water Witch* da Marinha dos EUA.

A ação se enquadra como um exemplo da diplomacia de canhoneiras, propalada pelos Estados Unidos,² desde meados do século XIX. O episódio acabou entrando no limbo da história no processo de formação dos Estados Nacionais, na América, sendo ainda pouco conhecido apesar da razoável produção de textos referentes ao assunto.³

Ao tratar do tema neste artigo, pretende-se indicar que, dentro do conjunto de processos que caracterizaram a formação dos Estados Nacionais, a implementação de uma política agressiva também se fazia presente na ordem do dia dos países que buscavam a constituição de suas nacionalidades. Isso se aplica de igual forma aos EUA, se lembrarmos que, em 1858, o país ainda não se havia constituído plenamente.⁴

Nesse aspecto, vale a pena observar a assertiva de Eric Hobsbawm sobre as condições “necessárias” para um país e seu povo serem firmemente reconhecidos como nação, pois, no seu entender, ao longo da segunda metade do século XIX, existiam três critérios essenciais;⁵ um deles era justamente provar a sua capacidade para a conquista militar, posto que “não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo” (Hobsbawm, 1990, p. 49-50); ou seja, a capacidade de fazer a guerra.

A construção do reconhecimento de uma independência

No início de 1840, o Paraguai era governado pelo ditador José Gaspar Rodríguez de Francia, considerado o principal mentor do processo que levou o seu país à independência; por ordem sua, existiam poucos contatos entre o Paraguai e os países vizinhos, deliberação que visava manter a independência em relação às pretensões de Buenos Aires e salvaguardar o seu próprio governo no país.

Em 1813, foi proclamada a independência do Paraguai, ato que ficou claro ao se autodesignar como República do Paraguai, mas que formalmente aconteceu somente dois anos depois da morte de Francia em 1842. Tendo isolado as elites locais que lhe faziam oposição, por ordem do mesmo Francia, o Paraguai manteve-se sob rígido domínio governamental, distante dos problemas platinos e com um comércio marcado por escassas relações com os outros países.

No início dos anos de 1840, ocorreram mudanças dentro do Paraguai e nos Estados vizinhos, a ponto de provocar entre os países da região uma série de discussões referentes a questões territoriais no Prata (Doratioto, 2002, p. 25). Para outro importante vizinho, a Confederação Argentina, tais discussões envolviam inclusive questões da liberdade de navegação nos rios da Bacia do Prata.

Depois da morte de Francia, duas juntas militares administraram o Paraguai, até o Congresso se reunir, em 1844, nomeando para a Presidência Carlos Antonio López, que deu prosseguimento ao modelo de governo ditatorial, mas rompeu com a ideia de isolacionismo. E, por extensão, a sua política externa passou rapidamente a se caracterizar por um envolvimento gradual nos problemas platinos (Doratioto, 2002, p. 26).

No ano de 1841, o governo paraguaio subscreveu dois tratados com a província de Corrientes. O primeiro de amizade, comércio e navegação e o segundo sobre questões de limites. Nesse momento, Corrientes achava-se insurgida contra o governo de Juan Manuel Rosas. O Congresso paraguaio se reuniu novamente em 1842, para reafirmar a independência, acontecimento esse que seria de fundamental importância para garantir o reconhecimento por parte de outros países (Yegros, 2010, p. 130). O reconhecimento do país pelos demais Estados era, portanto, uma questão fundamental para o Paraguai.

No fim do ano de 1858 e início de 1859, o Paraguai atravessou um momento muito delicado de sua complicada constituição como Estado nacional. O país passava por uma série de modificações com fortes conotações políticas, em grande medida caracterizadas pela ação do Presidente Carlos Antonio López e pela aquisição de novos implementos, trazidos por seu filho Francisco Solano López. Este havia retornado da Europa com alguns técnicos, a fim de aprimorar a execução de importantes obras de modernização de sua infraestrutura militar, mandando

² Sobre a política da diplomacia de canhoneiras, cf. Cable (1971).

³ Sobre o tema, ver os seguintes trabalhos: Corrison (1983); Flickema (1968); Peterson (1942); Smith e Bartlett (2009); Verón (2011); Yegros (2010); Yegros e Brezzo (2013); Ynsfrán (1954-1958).

⁴ Em 1848, os Estados Unidos entraram em guerra contra o México; saíram vitoriosos e ocuparam vasta quantidade de territórios, que se constituem nos atuais Estados da Califórnia, Novo México, Nevada, Utah, áreas do Arizona, Colorado, Wyoming e o Texas; este último havia sido o estopim de um processo que resultou na anexação feita pelos Estados Unidos ainda em 1845. Em linhas gerais, cf. Coles (1982).

⁵ Os outros dois eram: uma língua vernácula e uma história comum.

“[...] construir arsenais, navios a vapor e estradas de ferro” (Thompson, 1968, p. 29).

Tal impulso visava suplantar o isolacionismo internacional, em grande parte imposto pelas difíceis relações com Buenos Aires, que limitava a navegação por meio do rio da Prata, impedindo o Paraguai de ter saída para o mar. Por outro lado, manteve desavenças com as potências regionais que o cercavam, ou mesmo com potências internacionais que visavam livre navegação pelo estuário do rio da Prata, desde o início do governo de Juan Manuel Rosas em Buenos Aires até a sua deposição em 1852.

Segundo George Thompson, Carlos López “[...] era de gênio petulante, malquerendo, de modo geral, estrangeiros, embora os tratasse bem”. Tal percepção, de acordo com o mesmo Thompson, se dava “provavelmente por perceber que seus governos eram mais fortes que o dele” (Thompson, 1968, p. 28).

Isso se dava em relação ao Brasil, à Inglaterra e à França. Com os Estados Unidos, isso refletiria nos desdobramentos de desentendimentos que ocorreram com o futuro cônsul norte-americano no Paraguai, Edward Hopkins, e a suspensão dos acordos comerciais e de livre navegação com o governo norte-americano.

No plano político, o papel do Império do Brasil ficou caracterizado pelas tentativas de impedir a República do Paraguai de se irmanar com a Confederação Argentina, sob o receio de se constituir na região um Estado influente, junto das fronteiras austrais do Brasil. A partir desse processo, é possível intuir que o grande temor do Império brasileiro era que se recriasse o velho vice-reino do rio da Prata.

Naquele momento, a política brasileira para a região dirigiu suas energias na tentativa de evitar, de todas as formas, que tal junção ocorresse, uma vez que Juan Manuel Rosas já havia esboçado uma tentativa, na década de 1830, de abrigar as antigas províncias do vice-reino em um “Estado nacional sob sua chefia” (Doratioto, 2002, p. 25).

Para Cerro e Bueno, a atuação externa do Império para a região pode ser compreendida “no período que vai de 1844 a 1876 [...] pela ascensão, apogeu e declínio de uma política brasileira de potência periférica regional, autoformulada, contínua e racional [...]” (Cerro e Bueno, 2008, p. 109).

Quanto ao reconhecimento, em 1844, do Paraguai como país independente, esta independência originava para o Brasil um empenho dedicado a buscá-la em outros países. Na ocasião, foi rubricado um tratado de aliança, comércio, navegação, extradição e limites, que não foi sancionado pelo governo imperial, por causa das questões de limites. No entender dos paraguaios, a definição dos limites deveria basear-se no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Por esse tratado, a demarca-

ção das fronteiras era considerada contrária ao Brasil (Doratioto, 2002, p. 27).

Apesar de haver negativa em relação ao tratado, o diplomata então incumbido de negócios brasileiros na região, José Antônio Pimenta Bueno, conseguiu constituir boas relações com Carlos López, chegando a tornar-se conselheiro do presidente para questões nacionais e internacionais (Cerro e Bueno, 2008, p. 112). Ainda segundo Doratioto (2002, p. 27), “a aproximação com o Paraguai atendia à política do governo imperial de buscar isolar Rosas no Prata”.

O reconhecimento da independência paraguaia por parte de outros países envolvia complicadas negociações. No caso dos Estados Unidos, as primeiras observações já tinham sido feitas durante o governo do Presidente James Monroe, ao analisar a capacidade do “Paraguai juntamente com a banda oriental de se manter seguramente independentes” (Monroe e Adams, 1818 *in* Hamilton, 1903, p. 73).

Uma proposta verdadeiramente efetiva só se deu no ano de 1845, com a chegada de um “agente especial”, enviado pelo Presidente dos EUA James Knox Polk, com anuência de seu Secretário de Estado James Buchanan. Este confidenciou a William A. Harris, Secretário da Legação dos Estados Unidos em Buenos Aires, quais eram as intenções do novo agente consular Edward Hopkins. De acordo com suas palavras, “este governo enviou Edward A. Hopkins, [...] como um agente secreto para o Paraguai, com a finalidade de obtenção de informações a respeito da condição política, comercial e de recursos desse país, com vista ao reconhecimento da sua independência” (Buchanan e Harris, 1846 *in* Moore, 1909, p. 443).

Paralelo a essa aproximação política, o governo dos Estados Unidos iniciou um amplo processo de exploração científica, visando descortinar regiões pouco exploradas; dentre elas encontravam-se a Bacia do Prata e o próprio Paraguai, estando a ação política conjugada com a expansão das ideias no âmbito da ciência.

Aproximação norte-americana

No conjunto de ações do governo norte-americano para a América do Sul, para além do envio de um agente consular, pode-se considerar que as missões científicas, em grande parte efetivadas pela marinha dos Estados Unidos, desempenharam importante incumbência na execução dos projetos de expansão comercial dos EUA. Segundo Junqueira (2007, p. 342):

A exploração dos rios sempre foi a maneira mais viável de se atingir o interior de países considerados desconhecidos ou que fornecessem possibilidades de exploração comercial. Assim, entre os anos de 1851 e 1853, a

U.S. Navy realizou duas importantes expedições para explorar os dois grandes rios⁶ da América do Sul.

O governo dos Estados Unidos, em 1853, enviou à região do Prata o navio *Water Witch*, sob o comando do oficial Thomas Jefferson Page, com a missão de explorar e reconhecer o interior do continente sul-americano (Junqueira, 2007, p. 342).

Page partiu com o vapor *Water Witch* de Buenos Aires e subiu o rio Paraná até o Paraguai, onde estabeleceu contato com o Presidente Carlos López, que concedeu permissão para navegar pela Baía Negra até a Bolívia. Para o Capitão Thomas Page, a região do Prata “[...] era uma promessa que perdia apenas para as potencialidades existentes no Vale do Mississipi. Além de terras férteis, apresentava clima agradável e recomendado para vários tipos de cultivos” (Junqueira, 2007, p. 342).

Ainda na primeira metade do século XIX, os EUA tinham começado a se interessar em explorar o Pacífico, com o envio de navios de guerra da Marinha àquela região; mas, paralelamente, a política dos EUA também passou a se interessar pela América do Sul. “Esta era a região que procurou reconhecer e estabelecer profícuos contatos com as elites políticas e científicas locais, além de mapear costas e ilhas, identificando pontos nos quais pudesse desenvolver o comércio norte-americano” (Junqueira, 2007, p. 343).

Diante dessa conjuntura, também pode ser identificada a intenção de o Presidente Carlos López obter contato com o governo dos EUA. Com a finalidade de buscar reconhecimento, houve expressivas tentativas nesse sentido. De acordo com Mora e Cooney, “embora os Estados Unidos não tenham respondido aos primeiros acenos do governo López, os diplomatas dos EUA no Prata tinham algum conhecimento sobre o [...] Paraguai graças a conversas informais com representantes dessa república” (Mora e Cooney, 2007, p. 6).

James Buchanan, quando ainda era Secretário de Estado do governo do Presidente James K. Polk, havia dado instruções, nesse sentido, para o Ministro da Legação em Buenos Aires, William A. Harris.

Harris [...] o Governo do Paraguai fez um pedido formal através do Governo do Brasil aos Estados Unidos para reconhecer a sua independência. O senhor será munido com uma cópia da nota do Sr. Lisboa, o ministro brasileiro aqui, contendo esse pedido [...] (Buchanan e Harris, 1846 in Moore, 1909, p. 444).

Buchanan informou sobre a data do pedido, que era “[...] de fevereiro de 1846” e indagou o Ministro

sobre o fato de que informava a respeito da política norte-americana para o reconhecimento de países livres de dominação colonial. “[...] O senhor está ciente de que a política estabelecida dos Estados Unidos é reconhecer a independência de todos os governos que têm manifestado ao mundo que [...] são de fato independentes” (Buchanan e Harris, 1846, in Moore, 1909, p. 444). Buchanan, por fim, deixou claro que “este dever tem sido ansiosamente realizado em relação às nossas repúblicas irmãs neste continente” (Buchanan e Harris, 1846, in Moore, 1909, p. 444). Restava nomear um agente diplomático para representar os interesses dos Estados Unidos.

Para Smith e Bartlett, os objetivos da política norte-americana eram ambiciosos, pois visavam descortinar e explorar o novo e o desconhecido. Para tanto, formaram-se “cinco forças separadas e combinadas para iniciar uma expedição sul-americana”, cuja lógica atendia às premissas relativas a cinco situações favoráveis à expansão da política comercial norte-americana na região do Prata:

Em primeiro lugar, numa mudança dramática em 1843, o Paraguai principiou uma abertura aos Estados Unidos e outros países para o reconhecimento diplomático e de laços comerciais. Em segundo lugar, (o cidadão) americano Edward Anthony Hopkins havia montado uma decidida campanha publicitária promovendo as possibilidades comerciais no Paraguai. Em terceiro lugar, em fevereiro de 1852, a derrubada do ditador argentino General Juan Manuel de Rosas abriu o estuário do Prata, tornando possível uma expedição norte-americana. Em quarto lugar, o Presidente (Millard) Fillmore fervorosamente acreditava que o governo [...] tinha o dever de abrir novos mercados para o comércio dos EUA (Smith e Bartlett, 2009, p. 274).

Para Moreira, havia um amplo interesse norte-americano em várias partes da América do Sul, e uma expedição naval à Bacia do Prata poderia também abrir um acesso ao Pacífico, “[...] para além do Prata. Os sulistas pretendiam afirmar uma logística continental, unindo a saída do Atlântico ao Pacífico pelo Prata (Paraguai e Argentina) e a do Pacífico ao Atlântico, pelo Amazonas [...]” (Moreira, 2013, p. 25).

Ainda segundo Moreira, “a missão de Page focava-se na saída para o Pacífico, por isto ele precisava ultrapassar o Grande Chaco – fosse pela Argentina ou pelo Paraguai” (2013, p. 25). Aqui entra a figura de Edward Antony Hopkins, que, além de ex-marinheiro, era também um aventureiro, conhecido por viver no Paraguai

⁶ A outra bacia era do rio Amazonas.

desde 1845. Desenvolvendo amizades nos círculos oficiais norte-americanos, tornou-se amigo íntimo dos futuros Presidentes Franklin Pierce e James Buchanan.

Edward Hopkins ainda era um jovem aspirante da Marinha dos EUA quando fez duas agitadas viagens de cruzeiro para a América do Sul. Assinale-se que sua conduta como aspirante era prenúncio de seus dotes posteriores como diplomata. Ao todo, havia feito seis viagens à América do Sul (Peterson, 1942, p. 245). Dotado de grande ambição e com farta imaginação, alimentada por suas viagens a várias localidades da América do Sul que ele próprio considerava exóticas, Hopkins desenvolveu um ardente desejo de explorar o recém-estabelecido Paraguai (Smith e Bartlett, 2009, p. 274).

De acordo com Mora e Cooney, Hopkins “[...] era um verdadeiro filho da era do Destino Manifesto [...]. Sua autoconfiança, seu interesse pessoal e sua impetuosidade eram óbvios, mas de alguma forma [eram qualidades] atraentes para muitos dos funcionários que conheceu em Washington e depois no Paraguai” (2007, p. 7).

Para Peterson (1942, p. 245), o explorador “Edward Hopkins dedicou todos os 50 anos de sua vida adulta para abrir e explorar o interior da América do Sul”. E ainda que, “no Eldorado, sentiu-se mais atraído do que o conquistador mais implacável, o Vale do Prata havia seduzido Hopkins. Ele se tornou uma espécie de combinação de Cabeza de Vaca, Comodoro Perry, James G. Blaine, Henry Meiggs”.⁷

Segundo consta durante os anos de serviço na Marinha, Hopkins teve instaurados pelo menos três inquéritos militares contra si, até que foi desligado da vida militar, em 9 de junho de 1845, após ter servido cinco anos na Marinha dos Estados Unidos; tinha apenas 32 anos de idade quando abdicou da carreira naval (Peterson, 1942, p. 245).

Também naquele ano de 1845, havia convencido o Presidente James K. Polk a nomeá-lo agente especial para o Paraguai, com fins precípuos de fazer um levantamento sobre a viabilidade de se estabelecer um acordo comercial com o novo país que ainda não havia sido reconhecido. O acordo e o reconhecimento do país eram componentes do mesmo objetivo de Hopkins no Paraguai. Isso iria garantir a viabilidade dos negócios dos Estados Unidos na região.

O próprio Buchanan havia informado Hopkins acerca de sua escolha. “Senhor, o Presidente dos Estados Unidos designou-o Agente Especial para o Paraguai; o senhor foi instruído a se dirigir, o mais rápido possível,

[...] para Assunção, capital da República do Paraguai” (Buchanan e Hopkins, 1845, *in* Moore, 1909, p. 166).

A missão atribuída por Buchanan a Hopkins consistia em fazer uma série de levantamentos para justificar o reconhecimento do país, entre os quais certificar-se de que o Paraguai era de fato uma nação independente e de que seria capaz de manter-se como tal (Mora e Cooney, 2007, p. 7). A preocupação com a capacidade do Paraguai de assegurar a sua autonomia já havia sido preconizada desde o governo do Presidente James Monroe.

A atuação de Buchanan revela outro dado importante, sua associação com os negócios na futura empresa fundada por Hopkins, a *United States and Paraguay Navigation Company* (Selser, 1992, p. 7). Dotado de cartas oficiais que o credenciavam como um agente do governo dos EUA, Hopkins conseguiu adentrar os círculos governamentais do Paraguai e aproximar-se do Presidente paraguaio Carlos Antonio López.

Antes de assegurar qualquer compromisso quanto ao reconhecimento do Paraguai por parte dos EUA, cabia a Hopkins observar as pessoas, o apoio que davam ao governo, a composição racial da nação, o estado das finanças do país, além de aferir quais eram os bens comercializáveis e quais os itens fabricados nos EUA que poderiam ser comercializados no país, e finalmente avaliar as capacidades militares do Paraguai (Mora e Cooney, 2007, p. 7).

Antes de sua nomeação, o Secretário de Estado James Buchanan havia destacado a “indústria e o zelo” com que Hopkins coletara as informações sobre o Paraguai, e apresentou-as ao Presidente James Polk. Após Edward Hopkins ser nomeado agente consular, James Buchanan ofereceu-lhe alguns conselhos sobre como deveria proceder em sua missão no Paraguai.

*Este interessante país até agora não recebeu a parte da atenção do Governo dos Estados Unidos que sua importância exige. Devemos agora nos esforçar, com vigor e celeridade, para reparar o que pode ter sido perdido pelo atraso. O senhor vai perceber pelas cópias fechadas dos despachos do senhor Amory Edwards, [...], o nosso Cônsul em Buenos Aires, e do Comodoro Turner, como o Governo do Paraguai tem estado ansioso para formar relações mais amigáveis com os Estados Unidos. O Presidente da República tem manifestado ansiosamente que é necessário reconhecer a sua independência e reconhecê-lo como um membro da família das nações (Buchanan e Hopkins, 1845, *in* Moore, 1909, p. 166).*

⁷ Álvaro Núñez Cabeza de Vaca foi um aventureiro espanhol, considerado o primeiro explorador a relatar sobre as Cataratas do Iguazu e a percorrer o rio Paraguai (cf. Núñez Cabeza de Vaca, 1987). O Comodoro Perry foi um oficial da Marinha dos EUA responsável pela abertura do Japão ao Ocidente em 1853 e 1854 (cf. Griffis, 1887). James G. Blaine foi Secretário de Estado dos Estados Unidos, em fins do século XIX, e foi também um dos maiores incentivadores da expansão imperialista dos EUA ao Caribe e ao Pacífico Henry Meiggs foi um empresário norte-americano responsável pela construção e expansão de estradas de ferro no Chile e Peru durante a segunda metade do século XIX.

Embora Hopkins tenha assegurado ao presidente que estava confiante em sua “habilidade e discrição”, Buchanan observou a tenra idade de Hopkins e o advertiu para controlar seu temperamento e que tivesse prudência (Buchanan e Hopkins, 1845, *in* Moore, 1909). Hopkins perdeu algum tempo se preparando para sua nova tarefa e foi para o Paraguai no final de junho de 1845, finalmente chegando a Assunção, capital do Paraguai, em 8 de novembro daquele ano.

Buchanan, sempre preocupado, reiterou por diversas vezes tais conselhos; inclusive, certa ocasião, advertiu Hopkins sobre sua conduta irresponsável em relação à sua missão. Mais à frente, Buchanan se dirigiria a Hopkins, desta vez para chamar-lhe a atenção por seus atos e o repreender “por transcender suas instruções como agente para o Paraguai”. Tal fato Buchanan deixou registrado por escrito:

*O seu despacho (No. 05), datado de 31 de novembro de 1845, foi recebido no Departamento no mesmo instante [...], lamento perceber que o senhor transcendeu as suas instruções. O senhor foi enviado ao exterior apenas como um agente especial para o Paraguai, o objeto de sua missão consiste unicamente em obter informações necessárias para permitir ao Presidente e ao Congresso decidir se a independência [do Paraguai] deve ser reconhecida pelos Estados Unidos (Buchanan e Hopkins, 1846, *in* Moore, 1909, p. 447).*

Não obstante as adversidades e sua conduta por vezes irresponsável, Edward A. Hopkins trabalhou incansavelmente para ajudar o Presidente Carlos López a abrir o Paraguai para o comércio internacional, tanto que, em 1851, o Presidente dos Estados Unidos, Millard Fillmore, o havia designado Cônsul em Assunção pela segunda vez.

Após o primeiro contato com o Presidente Carlos López e a conclusão de seu relatório, Hopkins retornou aos EUA e, em 1846, informou ao Secretário de Estado James Buchanan que o Paraguai era realmente uma nação viável economicamente. Como observador político emitiu um posicionamento sobre as relações externas do Paraguai ao afirmar que “[...] a aliança Paraguai/Corrientes, bem como a política de Rosas tornaram impossível o reconhecimento do Paraguai” (Mora e Cooney, 2007, p. 10). Pelo menos naquele momento.

Para Aníbal Barrios Pinto, uma vez no Paraguai, Hopkins era apoiado financeiramente por um consórcio de banqueiros de seu país, para a sustentação da *United States and Paraguay Navigation Company*; e, para além da companhia de navegação, Hopkins estabeleceu ainda uma serraria, entre outras indústrias menores, como um moinho de farinha, uma fábrica de charutos e uma de tijolos (Pinto,

1970, p. 7). A companhia tinha sede nos Estados Unidos, no estado de Rhode Island.

No que se refere à penetração econômica e política dos Estados Unidos, Smith e Bartlett (2009, p. 289) afirmam que havia, “neste sentido, a ideia de promover o conceito de Destino Manifesto, estendido à penetração econômica. A industrialização tinha sido acelerada nos Estados Unidos durante a década de 1850, e o país precisava se expandir para mercados estrangeiros”.

De acordo com Peterson (1942, p. 245), tal “como o Comodoro Perry, ele foi um instrumento na abertura ao mundo de uma nação por muito tempo isolada – o povo eremita do Dr. José Gaspar Rodríguez Francia”. Pelo menos era como possivelmente os norte-americanos julgavam os paraguaios naquele momento; Francia representava um passado de atraso comercial.

No aspecto comercial, outra consideração também é apontada por Smith e Bartlett (2009, p. 289), que justificaria essa expansão para a América do Sul, pois, segundo estes, “a expansão do comércio internacional levaria os EUA a um conflito direto com a Inglaterra e com a França”. Por outro lado, a expansão a um novo mercado no Atlântico Sul poderia ou não levar a um atrito com uma potência regional também em ascensão, nesse caso o Brasil, pelo fato de o Paraguai estar sob a égide do Império.

Enquanto Hopkins se encontrava nos EUA para divulgar as potencialidades econômicas do Paraguai e tentar obter apoio diplomático para o Presidente Carlos López junto ao governo do Presidente Millard Fillmore, ocorreram mudanças significativas na política do Prata.

O principal obstáculo à livre navegação do Prata era o Presidente da Confederação Argentina Juan Manuel Rosas; no entanto, o seu regime caiu ante a aliança militar que o depôs, sob a liderança do Império do Brasil, da qual tomaram parte a República do Uruguai e seu antigo aliado, o governador da Província de Entre Rios, Justo José de Urquiza.

Com a queda de Juan Manuel Rosas, Mora e Cooney afirmam que “[...] qualquer racionalidade para a intervenção europeia no Plata desapareceu”; portanto, era “[...] um ótimo resultado para o governo dos EUA, que reconheceu o Paraguai em 1852” (2007, p. 11). A manutenção de uma relação equilibrada representava, desta forma, um novo desafio que o governo dos EUA enfrentaria.

Os desentendimentos com Carlos Antonio López

Desde 1852, o Presidente Carlos López havia permitido que vários comerciantes exercessem suas atividades livremente, e firmou vários acordos comerciais com

a Inglaterra, com os EUA e com a França, permitindo, inclusive, que os estrangeiros realizassem investimentos financeiros no país. Por outro lado, contraditoriamente, tal atitude acabou provocando choques com empresas estrangeiras, em particular com a *United States and Paraguay Navigation Company*, de propriedade de Hopkins e que, conforme visto, tinha participação de Buchanan (Selser, 1992, p. 7).

Mas o Presidente Carlos López encontrava-se mergulhado em uma série de intrigas, em que as ofertas de mediação dos norte-americanos sobre a navegação dos rios se misturavam às dos países vizinhos, a Confederação Argentina e o Império do Brasil. Além disso, López também estava disposto a defender o Paraguai nas disputas de fronteira, o que envolvia o controle dos rios.

Entre as preocupações dos Estados Unidos, estavam, além dos assuntos privados, os interesses referentes à utilização do rio Paraná como via fluvial. Os debates sobre tal questão resultaram em um debacle e na recusa, em 1854, por parte do Paraguai, em ratificar o Tratado de Comércio e Navegação com os EUA (Perrault, 2001, p. 234).

A *United States and Paraguay Navigation Company* foi desautorizada nesse ano de 1854, por violar a lei paraguaia, sendo proibida de todas as operações futuras no país. Um evento particular também acabou tornando a situação de Hopkins no Paraguai bastante delicada. Aparentemente sem razão, a situação tornou-se tensa e culminou com o espancamento do irmão de Hopkins por um soldado paraguaio. O Presidente Carlos López respondeu às reclamações do representante dos EUA cancelando as franquias de seus estabelecimentos (Pinto, 1970, p. 7).

Segundo Corrison (1983, p. 22), quando Edward Hopkins recebeu a notícia, em agosto de 1854, de que seu irmão, Clement Hopkins, fora agredido, dirigiu-se ao palácio presidencial, adentrou o escritório do Presidente Carlos López e literalmente “explodiu” em presença dele. A gesticular, exigiu que o soldado fosse punido e que um pedido de desculpas fosse emitido em nome do Paraguai.

A reação de López, como seria de esperar, não foi das melhores; no entanto, ele estava de acordo em punir o soldado. Sobre a questão da desculpa nacional, López recusou peremptoriamente. Por sua vez, Hopkins se recusou a deixar o resto do incidente sem um pedido formal de desculpas do governo, e acabou por se ver envolvido em uma disputa pessoal com o presidente, o que resultou na revogação de sua autoridade diplomática em setembro de 1854 (Corrison, 1983, p. 22). Desta forma, a atuação

de Hopkins [cônsul] caracterizou-se como desastrosa e abusiva, refletindo o seu comportamento equivocado a respeito da conduta do presidente paraguaio.

Em grande medida, Hopkins havia abusado do privilégio de sua proximidade com o Presidente Carlos López, sendo esta considerada uma das razões de sua atuação incompetente como Cônsul. O referido incidente de ordem particular coroou sua incapacidade para o cargo, fato já observado anteriormente pelo Presidente James Buchanan. No entanto, Buchanan dividia os negócios da companhia de navegação com Hopkins e, com o capital empregado, não poderia perder o investimento; tal fato seria decisivo para a política de negociação sob a bandeira de intervenção militar. Hopkins foi expulso posteriormente com seus familiares.

Paralelamente, o Capitão Thomas Page, do vapor *Water Witch*, já em missão científica, afirmou na introdução do seu relato de viagem que havia recebido instruções para atuar na área da diplomacia e negociar tratados de amizade, cooperação e comércio com o governo paraguaio, se necessário fosse (Junqueira, 2007, p. 343).

Contudo, nessa ocasião, o presidente do Paraguai, Carlos Antonio López, havia se recusado a ratificar um Tratado Comercial e de Navegação com os Estados Unidos, negociado, em 1853, por Edward Hopkins. Em desentendimento com o governo dos Estados Unidos, López iniciou então um processo de confisco de propriedades dos cidadãos norte-americanos residentes no Paraguai. As divergências acabaram se estendendo para outros países como a Grã-Bretanha, a França, a própria Confederação Argentina e o Brasil.⁸

Prosseguindo com tais atitudes, o presidente expropriou todos os investimentos estrangeiros e proibiu que tais sujeitos possuíssem bens no país. O Cônsul Hopkins, indignado, solicitou ajuda da única força norte-americana disponível na área, justamente o *Water Witch*, que se encontrava em Corrientes (Selser, 1992, p. 7).

Em 20 de setembro de 1854, o Capitão Thomas Page, comandante do *Water Witch*, em atitude consoante a Hopkins, fundeu o seu navio em frente à Assunção e ameaçou iniciar um bombardeio contra a capital paraguaia. Por extensão, o Presidente Carlos Lopez também iniciou os preparativos militares para um possível enfrentamento.

Em 3 de outubro, López proibiu a navegação de todos os barcos estrangeiros pelos rios do Paraguai. O embate não chegou a ocorrer, entretanto, e os demais cidadãos norte-americanos foram evacuados. O pretenso bombardeio não aconteceu, e o *Water Witch* seguiu suas

⁸ Naquele momento, o governo paraguaio tinha questões de limite com o Império do Brasil, que envolviam ainda o controle da livre navegação do rio Paraná, em razão de o Império ter dificuldade de acesso à distante província do Mato Grosso. Com a Confederação Argentina igualmente tinham questões de fronteira na região do Chaco para serem resolvidas. Com a Inglaterra, um Tratado de Livre Navegação para acertar, além das dificuldades vivenciadas com os Estados Unidos naquele momento (cf. Yegros e Brezzo, 2013).

atividades normais de expedição científica; porém, sempre com atitude ameaçadora pelos rios paraguaios.

Finalmente, o *Water Witch*, em fevereiro de 1855, aproximou-se do Forte de Itapiru, na confluência dos rios Paraná e Paraguai, e foi recebido com tiros de canhão (Selser, 1992, p. 7).

O desfecho do caso foi decisivo para a política norte-americana na região; Hopkins havia se tornado inimigo número um do Paraguai e do Presidente Carlos López. O ex-cônsul iniciou então uma campanha que ganhou força nos jornais norte-americanos, a fim de incentivar a intervenção militar dos Estados Unidos no país; segundo ele, o Paraguai era um “[...] país de berberes asiáticos, excrescência do organismo internacional [...] menos civilizado do que o sultanato de Mascate” (Perrault, 2001, p. 234).

Afirmou em seus discursos que os sul-americanos eram bárbaros que tinham, portanto, que ter “[...] tratamento adequado [...] falar com eles é um desperdício de tempo [era] preciso falar com as nossas armas” (Ynsfrán, 1954, p. 208).

Toda contenda se desdobraria de forma diversa, e a questão Hopkins e a *United States and Paraguay Navigation Company* seria levada aos tribunais, mas os desdobramentos relativos à não assinatura do acordo de livre navegação envolveriam outra questão – a agressão ao navio norte-americano *Water Witch*, que fazia parte da já referida expedição científica.

O caso *Water Witch* e a ação da política externa do governo norte-americano

A situação das relações entre o Paraguai e os EUA realmente se deteriorou quando ocorreu o incidente com o navio *Water Witch*, da Marinha dos EUA; este entrou prontamente em cena, extrapolando a autorização que havia sido estabelecida. O navio cruzou a fronteira entre a Confederação Argentina e o Paraguai, intentando subir o rio, passar por Assunção e dirigir-se para o porto brasileiro de Corumbá, na província de Mato Grosso. As autorizações para a passagem pelo rio tinham sido suspensas, e um decreto presidencial havia proibido a navegação de navios de guerra estrangeiros.⁹

Em 1º de fevereiro de 1855, ignorando o decreto, o *Water Witch*, que se encontrava envolvido na missão científica de levantamento e coleta de amostras dos rios da bacia, tentou forçar a passagem por um posto militar

paraguaio no rio Paraná, o Forte de Itapiru. Um membro da guarnição paraguaia do Forte, que controlava o acesso do rio, ordenou-lhe que recuasse, disparando para o ar duas sequências de tiros de aviso.

Os soldados paraguaios continuaram disparando contra o *Water Witch*. Dada a obstinação dos marinheiros americanos, outro disparo do canhão do forte destruiu e incendiou o leme, causando a morte de um membro da tripulação, o timoneiro do navio. Descontrolado, o *Water Witch* foi arrastado pelo rio, sem ter como parar (Page, 1859, p. 286). Ainda segundo a narrativa de Thomas Page,

[...] quando o seu capitão, todos os oficiais (salvo o primeiro-tenente e os engenheiros) e a maior parte da tripulação estavam envolvidos em um trabalho distante, o Water Witch foi brutalmente bombardeado a partir do Porto de Itapiru, teve um de seus homens mortos, e o vapor danificado. [...] a embarcação estava em águas neutras, e envolvida apenas no trabalho legítimo da expedição (1859, p. 286).

Thomas Page navegou com dificuldade imediatamente até Montevideú, capital do Uruguai, para informar sobre o incidente o Comodoro William D. Salter, comandante da esquadra norte-americana, que tinha sede no Rio de Janeiro.¹⁰ Page esperava uma resposta vigorosa para vingar essa violação da honra americana (Smith e Bartlett, 2009, p. 284-285), sem, contudo, lograr êxito.

Durante os dois meses seguintes ao ocorrido, Page visitou o Comodoro Salter pelo menos quatro vezes, mas não obteve sucesso. Ao tentar persuadi-lo a tomar medidas contra os paraguaios, Page questionou primeiro sobre a possibilidade de conseguir armas adicionais para o *Water Witch*. O Comodoro Salter recusou a ideia, e Page então se ofereceu para rebocar o saveiro de guerra *Germantown* até o rio para participar de um bombardeio ao Forte de Itapiru. Evitando uma diplomacia de canhoneiras, Salter também negou este pedido. O Comodoro tinha decidido, após discussões com James A. Peden, ministro dos EUA em Buenos Aires, que aguardaria novas instruções de Washington (Smith e Bartlett, 2009, p. 284-285).

Page continuava a esperar que uma providência fosse tomada por parte do governo dos EUA, uma vez que já havia tentativas para vingar o ultraje, tal como deixou claro ao afirmar:

Em vão busquei os meios de vingar o ultraje sem possibilidade de fracasso; mas ele permaneceu despercebido até que o Presidente Buchanan, em sua primeira

⁹ Sobre o estabelecimento do Decreto, cf. López (1931).

¹⁰ À época, o governo dos EUA já mantinha esquadras em algumas áreas a fim de proteger os interesses do país. A esquadra do Atlântico Sul ficava fundada no Rio de Janeiro e operava desde 1826, por causa da guerra da Cisplatina entre o Brasil e Argentina (cf. Howarth, 1999).

mensagem anual, chamou a atenção do Congresso para as nossas relações com o Paraguai, e pediu que os meios devessem ser colocados à sua disposição para exigir reparação para o insulto à nossa bandeira e pelos males infligidos a cidadãos americanos (Page, 1859, p. 286).

Ao refletir sobre o assunto, o Comodoro Salter concluiu que os Estados Unidos tinham três justificativas para as reclamações contra o Paraguai; em primeiro lugar, a expulsão de Hopkins e a suspensão de suas atividades comerciais; segundo, a recusa de López em ratificar o tratado de 1853; e, finalmente, o disparo de tiros de canhão contra o *Water Witch* (Smith e Bartlett, 2009, p. 284-285).

Embora a possibilidade de bombardear o Forte de Itapiru pudesse trazer algum alento para a indignação contra a agressão ao *Water Witch*, a pretensa ação não iria resolver os outros problemas. Portanto, o Comodoro Salter e James Peden decidiram que seria melhor os diplomatas em Washington resolverem o problema. A falta de ação havia deixado Thomas Page, segundo suas palavras, “enojado”; com pesar, afirmou que, quando o Brasil tinha forçado os paraguaios a recuar em 1854, puderam “mostrar o valor de ter uma força para fazer prevalecer suas demandas” (Smith e Bartlett, 2009, p. 285).

Muito embora a missão Pedro Ferreira de Oliveira,¹¹ a que provavelmente Thomas Page se referia, não houvesse logrado sucesso total na realização das demandas do Império brasileiro junto ao Paraguai, que era convencê-lo a assinar um tratado de navegação e a demarcação da fronteira no Mato Grosso, Thomas Page reconhecia que a existência de uma força naval do Império no Prata era suficientemente intimidadora para fazer prevalecer a vontade do Estado imperial na região. A intervenção da esquadra brasileira na Argentina, em 1852, devia igualmente confirmar essa ideia.

Durante o governo do Presidente Franklin Pierce, o Secretário de Estado William Marcy investigou o incidente, chegando à conclusão de que Hopkins era o responsável direto pelas relações tensas entre os Estados Unidos e o Paraguai. E que Thomas Page e o tenente William Jeffers, que comandava o *Water Witch* no momento do ataque, seriam diretamente responsáveis pelo incidente. Em decorrência dessas percepções, Marcy recusou-se a agir quanto ao assunto. No entanto, o Senador Philip Allen de Rhode Island, onde ficava a sede legal da *United States and Paraguay Navigation Company*, começou a fazer pressão

em nome de Hopkins, levando Marcy a ceder e a nomear Richard Fitzpatrick agente especial para atuar no Paraguai em agosto de 1856 (Smith e Bartlett, 2009, p. 285).

As instruções recebidas por Fitzpatrick salientavam que deveria conseguir a ratificação do tratado de 1853 a todo custo. Este apresentou suas credenciais em 8 de novembro de 1856, um ano após o incidente, mas os paraguaios o ignoraram (Fitzgerald, 2015, p. 75). Os esforços de Fitzpatrick deram em nada, e López se recusou a considerar o tratado até que os Estados Unidos concordassem em pedir desculpas sobre o caso *Water Witch* e renunciassem às argumentações de Hopkins contra o Paraguai. Assinale-se que as relações dos Estados Unidos e do Paraguai permaneceram neste impasse até dezembro de 1857 (Smith e Bartlett, 2009, p. 286).

Após a eleição de James Buchanan, em 1856, a questão Paraguai foi deixada de lado por mais um ano. Durante este intervalo, o novo Secretário de Estado, Lewis Cass, familiarizou-se com as principais questões e pontos de controvérsia e apresentou suas recomendações ao presidente (Corrison, 1983, p. 28).

Razoável conhecedor das relações com o Paraguai, pois havia participado do processo de reconhecimento de sua independência, James Buchanan, em carta encaminhada ao Secretário da Marinha dos EUA, Isaac Toucey, falou sobre o seu diálogo com um velho amigo, o diplomata britânico William Gore Ouseley, cujo filho vivera em Assunção, Paraguai.

Ao que consta, Ouseley tinha grande respeito pelo país, no entanto, quanto ao presidente, afirma: “ele me informou que Lopez é astuto e sem escrúpulos e um homem de insinceras e consideráveis habilidades”. De acordo com o amigo de Buchanan, “ele fez declarações solenes e promessas para o governo britânico com a condição de que eles reconhecessem a independência do Paraguai [...]” (Buchanan e Toucey, 1858 *in* Moore, 1910, p. 226). Segundo William Gore Ouseley, Lopez havia transgredido tudo.

A expedição armada ao Paraguai

Quase três anos após o incidente, o Presidente James Buchanan decidiu dar uma demonstração de força, que julgava ser necessária para trazer uma reparação à situação.

¹¹ A missão Pedro Ferreira de Oliveira foi uma ação de caráter diplomático e militar, desencadeada pelo Império, a fim de resolver definitivamente questões pendentes entre a República do Paraguai e o Império do Brasil, concernentes a questões de fronteira e definição de limites territoriais e questões de navegação; teoricamente a missão era uma demonstração de poder do Império no continente. Recebeu o nome do diplomata que a executou. A missão foi acompanhada de uma força naval composta por 20 navios, 130 canhões e 2.600 homens. As negociações iniciaram em 3 de abril de 1855. Foi acordado que, primeiro, iriam tratar sobre a questão de limites. Entre os pontos principais, estava a discussão sobre o direito do *uti possidetis*. Nenhuma das partes desejava abrir mão do território, e o Império queria a livre navegação pelo rio Paraguai, mas o Paraguai só aceitava negociar mediante definição do tratado sobre as fronteiras. Os debates marcaram uma vitória diplomática do Paraguai contra o Império. A expedição redundou em um fracasso, em razão da estratégia militar equivocada do Império. Sobre o assunto, cf. Teixeira (2012).

Essa demonstração de força resultaria na preparação e no envio de uma expedição armada ao Paraguai; para tanto, o presidente precisava da adesão do Congresso. Durante discurso sobre o Estado da União, em dezembro de 1857, James Buchanan aproveitou o momento para informar sobre o que havia ocorrido no Paraguai e pedir apoio para justificar a necessidade de intervenção no Paraguai. Em suas palavras, caracterizou a ação do governo de Carlos López como sendo “injustificável [...] insultante e arbitrária” (Buchanan, 1857). A partir dessa afirmação, James Buchanan passou a alegar que tal atitude exigia uma reparação. Os interesses dos EUA demandavam uma satisfação e acreditava ainda que a justiça seria feita. Por isso, prometeu ser “firme, mas conciliatório” (Moore, 1911, p. 242).

Buchanan acreditava que o Paraguai atenderia mais prontamente às exigências se elas fossem apoiadas por uma demonstração de força. A seu pedido, o Congresso aprovou a Resolução de 2 de junho de 1858, concedendo-lhe autorização para recorrer à força, para obter do governo paraguaio um pedido de desculpas e um acordo comercial (Minot e Sanger, 1863, p. 370).

Em outubro de 1858, uma frota norte-americana, sob o comando do Comodoro William B. Shubrick, partiu rumo ao Paraguai a fim de resolver a questão da “honra americana”. A flotilha consistia de 19 navios, incluindo 11 navios a vapor, era composta por quase 2.500 homens e abrangia mais de 200 canhões.¹²

Segundo consta, essa frota representou a maior força naval já montada pelos Estados Unidos até essa data, para uma missão tão distante,¹³ e o jornal *New York Herald* saudou-a como “uma das mais importantes demonstrações navais que já foi feita por este país” (*New York Herald*, 1858).

Mas a expedição também tinha um enfoque diplomático, representado na figura do Comissário Especial James B. Bowlin, um ex-congressista do Estado do Missouri, partidário de Buchanan, que atuaria como o diplomata credenciado para conduzir a negociação; portanto, essa seria a primeira arma a ser usada, como também sua demonstração de “conciliação”.

De acordo com Mora e Cooney (2007, p. 19), caso o Comissário James Bowlin não conseguisse chegar a um acordo com o Presidente Carlos López sobre as questões, “[...] a ordem alternativa do [Comodoro William B.] Shubrick era bloquear o rio Paraguai para impedir o

comércio [do país], atacar e destruir a fortaleza paraguaia de Humaitá [...]” Ao chegar à capital Assunção, ele exigiria sua rendição e tomaria posse da cidade, pela força, se necessário.

Segundo Smith e Bartlett (2009, p. 288), para além de seus pronunciamentos oficiais, Buchanan permaneceu em silêncio. Enquanto isso, nos EUA, seguiam os debates sobre outros assuntos; a questão emocional envolvia o problema da escravidão, as discussões sobre as leis de liberdade pessoal, além da desunião e da possibilidade de guerra tomou conta do país desde que Buchanan assumira o cargo.

Buchanan tinha afirmado que um dos principais objetivos de seu governo era desativar a crescente crise separatista. Em um de seus discursos, afirmou: “[...] o objetivo de meu governo será destruir o partido secessionista que promove a separação entre Norte e Sul e restaurar a harmonia da união sob um governo nacional e conservador” (Klein, 1962, p. 261-262). Com a situação crítica na política interna e necessitando de uma ação que promovesse uma coesão, James Buchanan olhou para a política externa.

Para Smith e Bartlett (2009, p. 288), o Paraguai parecia oferecer a oportunidade perfeita para Buchanan desviar a atenção das questões secessionistas nos EUA. A expedição forneceu uma oportunidade para reunir o país contra um inimigo comum e traçar um discurso de salvaguarda da honra nacional.

Outra percepção comum sobre a crise com o Paraguai é que Buchanan queria demonstrar “que os Estados Unidos tinham a vontade e o poder de fazer cumprir a Doutrina Monroe” (Smith e Bartlett, 2009, p. 288). Face aos crescentes interesses econômicos europeus na área, esta interpretação considera a expedição punitiva como um primeiro exemplo de demonstração e projeção de poder não só para o Paraguai, mas também para outros Estados sul-americanos e para as principais potências europeias.¹⁴

Essa percepção é corroborada por Mora e Cooney, ao afirmarem que “As atividades das frotas francesa e britânica no rio da Prata suscitaram preocupações nos Estados Unidos quanto ao [fato de representarem] um perigo para a Doutrina Monroe” (2007, p. 7). Isso, segundo estes, era “um medo compreensível, mas infundado”.

Parte da esquadra norte-americana permaneceu fundeada no rio da Prata, e outra menor se dirigiu ao Paraguai. Em janeiro de 1859, as negociações foram me-

¹² Os navios eram os seguintes: fragatas: *Sabine*, *St. Lawrence*; saveiros de guerra: *Falmouth*, *Preble*; brigues: *Dolphin*, *Bainbridge*, *Perry*; vapores: *Fulton*, *Water Witch*, *Harriet Lane*, *Memphis*, *Atlanta*, *Caledonia*, *Southern Star*, *Western Port*, *Metacomet*; navio de suprimentos: *Supply*, *Release*; rebocador: *M.W. Chapin* (cf. Denison, 1862).

¹³ A esquadra que conduziu um desembarque de forças do Exército em Vera Cruz no México, em 1847, durante a guerra contra o México, era igualmente uma força muito grande, mas havia operado em curta distância (cf. Bauer, 1974).

¹⁴ Inglaterra e França mantinham disputas comerciais; Brasil e Confederação Argentina disputavam de modo permanente a região como zona de influência política, além das disputas de demarcação de limites territoriais (cf. Ferreira, 2006).

diadas pelo Presidente da Confederação Argentina, Justo José de Urquiza, que aproveitou a ocasião para também discutir um tratado de limites com o Presidente Carlos López, pelo Ministro Residente do Império brasileiro, José Joaquim Tomás do Amaral, e pelo Enviado Extraordinário e Plenipotenciário do Império francês, Lefebvre de Bécourt (Acosta, 1939).

Após as negociações em fins de janeiro de 1859, restou ao Presidente Carlos López, em nome do Paraguai, apresentar desculpas ao governo dos EUA, indenizar a família do marinheiro norte-americano morto durante o confronto contra o Forte de Itapiru e ratificar, sob a ameaça do uso de força, o tratado proposto pelos EUA. O Presidente Buchanan ficou satisfeito com a negociação feita pelo Comissário Especial James B. Bowlin e, em sua mensagem anual de dezembro de 1859, declarou que todas as dificuldades com o Paraguai tinham sido satisfatoriamente resolvidas (Mora e Cooney, 2007, p. 21).

Por fim, quanto aos prejuízos exigidos por Hopkins, em decorrência das perdas da *United States and Paraguay Navigation Company*, este apresentou um longo processo contra o governo paraguaio, que foi arbitrado em Nova York, mas suas demandas foram totalmente negadas.

Conclusão

A atuação do Cônsul Edward Hopkins e a expedição do *Water Witch* representaram somente uma de inúmeras missões enviadas pelos Estados Unidos, durante meados do século XIX.¹⁵ Essas missões, imbuídas do espírito do Destino Manifesto, tinham objetivos muito próprios, ligados à política de expansão comercial e científica dos EUA.

Quando da chegada à região do Prata, o Capitão Thomas Page e sua tripulação se depararam com uma política de Estados nacionais ainda em construção.¹⁶ As jovens nações que o Capitão Page pretendia explorar, ainda tinham que resolver questões referentes às suas fronteiras nacionais.

Enquanto as lideranças dos países em torno da Bacia do Prata disputavam os benefícios da ampliação do comércio externo, os norte-americanos simultaneamente estavam preocupados em saber como as vantagens desse comércio iriam influenciar os demais vizinhos.

O sucesso dependia das habilidades diplomáticas dos representantes americanos. Em vez disso, a falta de tino político do Cônsul Hopkins e do Capitão Page provocou um incidente internacional.

O Presidente Buchanan esperava restaurar a unidade nacional em seu país, enviando uma força militar para o Paraguai, a fim de obter reparação por supostos erros cometidos contra a honra norte-americana. Se a ideia era garantir a manutenção da unidade nacional nos EUA, as circunstâncias em torno do incidente certamente não produziram os resultados esperados, e o governo dos EUA não agiu de outra forma e decidiu pelo diálogo. As preocupações domésticas eram mais prementes e acabaram ofuscando a disputa diplomática dos EUA contra um país distante.

A ação militar não ocorreu, e a atuação diplomática certamente não convenceu os dissidentes do Sul dos EUA quanto à capacidade de intervenção política do governo Buchanan no exterior. E o país, logo após o seu governo, na administração de Abraham Lincoln, acabou por mergulhar em uma guerra civil brutal, relegando a expedição naval dos EUA ao Paraguai a uma simples ação militar e diplomática, esquecida no monturo da história oitocentista norte-americana.

Referências

- ACOSTA, J.F.P. 1939. *Vieja fraternidad Argentina – Paraguay*. Buenos Aires, Imprenta Ferrari Hnos, 133 p.
- BAUER, K.J. 1974. *The Mexican War, 1846-1848*. New York, Macmillan, 486 p.
- BUCHANAN, J. 1857. State of the Union 1857. Disponível em: <http://www.let.rug.nl/usa/presidents/james-buchanan/state-of-the-union-1857.php>. Acesso em: 28/09/2016.
- CABLE, J. 1971. *Gunboat diplomacy: political applications of limited naval force*. London, Chatto and Windus for the Institute for Strategic Studies, 251 p.
- CERVO, A.; BUENO, C. 2008. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed., Brasília, Editora UnB, 560 p.
- COLES, H.L. 1982. A Guerra de 1812 e a Guerra Mexicana. In: R.F. WEIGLEY (org.), *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, vol. 2, p. 345-357.
- CORRISTON, M. 1983. *The Paraguay expedition*. Emporia, KS. Master's Thesis. Emporia State University, 100 p.
- DENISON, J.L. 1862. *A pictorial history of the Navy of the United States: embracing a general history of the American Navy, with a particular*

¹⁵ De acordo com Mary Junqueira, foram realizadas ao todo 12 viagens científicas para a América Latina entre 1838 e 1901. Dessas, a primeira passou pela América do Sul, e três foram realizadas diretamente para esse hemisfério, e ocorreram antes da Guerra Civil Americana. A primeira viagem de exploração foi realizada em 1838, pelo Tenente Charles Wilkes, e passou pelo Rio de Janeiro, Terra do Fogo na Argentina, Valparaíso no Chile e Callao no Peru. Em 1849, o Comandante James Melville Gillis dirigiu-se ao Chile para uma missão científica. As duas expedições seguintes tiveram também caráter comercial; assim, no ano de 1851, uma expedição deveria sair dos Andes no Peru e adentrar o rio Amazonas; era liderada pelo Capitão William Lewis Herndon e tinha a missão de explorar as possibilidades de implantar grandes plantações de algodão e de se estabelecer núcleos de comércio. Finalmente a expedição do Comandante Thomas Jefferson Page, a bordo do *Water Witch*, tendo iniciado em 1853, foi encarregada de adentrar a bacia do Prata e fazer contato com os países da região. Sobre as viagens de exploração da US Navy, o trabalho da historiadora Mary Junqueira é bastante revelador (cf. Junqueira, 2007).

¹⁶ A Argentina encontrava-se sublevada, dividida em dois Estados: a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires. O Uruguai também se encontrava envolto em lutas políticas internas. O Paraguai precisava discutir suas fronteiras com o Império do Brasil e com a Confederação Argentina (cf. Moniz Bandeira, 2012).

- account of all the most celebrated naval battles, from declaration of Independence to the present time.* San Francisco, Francis Dewing, 341 p.
- DORATIO, F.F.M. 2002. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Companhia das Letras, 617 p.
- FERREIRA, G.N. 2006. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 240 p.
- FITZGERALD, O.P. 2015. Profit and adventure in Paraguay. In: C. BARROW Jr., *America spreads her sails: U.S. sea power in the 19th century*. Annapolis, Naval Institute Press, p. 70-79.
- FLICKEMA, T.O. 1968. The settlement of the Paraguayan-American controversy of 1859: a reappraisal. *The Americas*, 25(1):49-69. <https://doi.org/10.2307/980097>
- GRIFFIS, W.E. 1887. *Matthew Calbraith Perry: a typical American naval officer*. Boston, Cupples and Hurd, 459 p.
- HAMILTON, S.M. 1903. *The writings of James Monroe*. New York, GP Putnam's Sons, vol. 6, 463 p.
- HOBSBAWM, E.J. 1990. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo, Paz e Terra, 230 p.
- HOWARTH, S. 1999. *To shining sea: a history of the United States Navy, 1775-1998*. Norman, University of Oklahoma Press, 672 p.
- JUNQUEIRA, M.A. 2007. Ciência, técnica e as expedições da marinha de guerra norte americana, U.S. Navy, em direção à América Latina (1838-1901). *Varia Historia*, 23(38):334-349. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000200006>
- KLEIN, P.S. 1962. *President James Buchanan: a biography*. Newtown, Pennsylvania State University Press, 506 p.
- LÓPEZ, C.A. 1931. *Mensajes de Carlos Antonio López: primer Presidente Constitucional de la República 1842, 1844, 1849, 1854 y 1857*. Asunción, Imprenta Nacional, 139 p.
- MINOT, G.; SANGER, G.P. 1863. *U.S. Statutes at Large*. Boston, Little, Brown, vol. 11, 879 p.
- MONIZ BANDEIRA, L.A. 2012. *A expansão do Brasil e a formação dos estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à Guerra da Triplice Aliança*. 4^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 320 p.
- MOORE, J.B. 1909. *The works of James Buchanan: comprising his speeches, state papers, and private correspondence*. Philadelphia/London, J.B. Lippincott Company, vol. VI, 1844-1846, 509 p.
- MOORE, J.B. 1910. *The works of James Buchanan: comprising his speeches, state papers, and private correspondence*. Philadelphia/London, J.B. Lippincott Company, vol. X, 1856-1860, 467 p.
- MOORE, J.B. 1911. *The works of James Buchanan: comprising his speeches, state papers, and private correspondence*. Philadelphia/London, J.B. Lippincott Company, vol. XII, Biographical, 479 p.
- MORA, F.O.; COONEY, J.W. 2007. *Paraguay and the United States: distant allies*. Athens, The University of Georgia Press, 333 p.
- MOREIRA, M.A.S. 2013. *A viagem do comandante dos Estados Unidos, Thomas Jefferson Page (U.S. Navy), ao estuário do Prata (1853-1860)*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 71 p. <https://doi.org/10.11606/D.101.2013.tde-11122013-183408>
- NEW YORK HERALD. 1858. The Paraguay Expedition: Its high policy, and what it must achieve. New York, 29 set., p. 4. Disponível em: <http://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83030313/1858-09-29/ed-1/seq-4/>. Acesso em: 05/01/2017.
- NÚÑEZ CABEZA DE VACA, A. 1987. *Naufraágios e comentários*. Porto Alegre/São Paulo, L&PM Editores, 180 p.
- PAGE, T.J. 1859. *La Plata, the Argentine Confederation, and Paraguay: being a narrative of the exploration of the tributaries of the River la Plata and adjacent countries during the years 1853, '54, '55, and '56, Under the orders of The United States Government*. New York, Harper & Brothers, Publishers, 652 p.
- PERRAULT, G. 2001. *El libro negro del capitalismo*, Tafalla, Txalaparta, 500 p.
- PETERSON, H. 1942. Edward A. Hopkins: a pioneer promoter in Paraguay. *The Hispanic American Historical Review*, 22(2):245-261. <https://doi.org/10.2307/2506869>
- PINTO, A.B. 1970. Prólogo. In: J.A. PEABODY, Diários Sudamericanos 1858-1859. *Revista de La Biblioteca Nacional*, 3:7-11.
- SELSER, G. 1992. Liberalismo versus Paraguay. *Sociológica, Revista del Departamento de Sociología*, 7(19):89-212.
- SMITH, G.A.; BARTLETT, L. 2009. "A most unprovoked, unwarrantable, and dastardly attack": James Buchanan, Paraguay, and the Water Witch incident of 1855. *Canadian Nautical Research Society The Northern Mariner*, 19(3):269-290.
- TEIXEIRA, F.B. 2012. *A primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-1855)*. Passo Fundo, Méritos, 183 p.
- THOMPSON, G. 1968. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, Conquista, 278 p.
- VERÓN, L. 2011. *Carlos Antonio López: el vulcano guaraní*. Asunción, Editorial El Lector, 138 p.
- YEGROS, R.S.; BREZZO, L.M. 2013. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília, FUNAG, 187 p.
- YEGROS, R.S. 2010. *Polémicas en torno al gobierno de Carlos Antonio López en la prensa de Buenos Aires, 1857-1858*. Asunción, Editorial Tiempo de Historia, 489 p.
- YNSFRÁN, P.M. 1954-1958. *La expedición norteamericana contra el Paraguay: 1858-1859*. Buenos Aires, Guaranía, 278 p.

Submetido: 06/04/2017

Aceito: 25/11/2017